

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça
IV Concurso Público de Provas para Ingresso na Carreira do
Quadro dos Serviços Auxiliares

INSTRUÇÕES

01. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
02. Para fazer esta prova, você usará:
 - a) este caderno de questões;
 - b) um cartão-resposta;
 - c) caneta esferográfica de tinta azul ou preta, escrita normal.
03. Ao receber autorização, verifique se no caderno constam todas as questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida.
04. Ao receber o cartão-resposta, verifique se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
05. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras **A, B, C, D e E**.
Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta.
Há somente uma alternativa correta para cada questão.
Exemplo: Se a alternativa correta de uma determinada questão for **B**, o candidato deverá preencher totalmente a bolha correspondente, com caneta esferográfica azul ou preta, conforme modelo abaixo:

A
●
C
D
E

06. Não faça rasuras no cartão-resposta.
07. Procure responder a todas as questões.
08. Durante a prova, não se admite que o candidato comunique-se com outros candidatos, efetue empréstimos, use meios ilícitos ou pratique atos contra as normas ou a disciplina. A fraude, a indisciplina e o desrespeito aos Fiscais encarregados dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
09. Ao terminar entregue o cartão-resposta ao fiscal.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

**Cargo de Nível
Médio**

**Assistente
Administrativo**

"O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons."

(Martin Luther King)

DATA: 23 de setembro de 2007

HORÁRIO: 8h

REALIZAÇÃO:



Língua Portuguesa

Leia o texto, a seguir, para responder às questões de 01 a 09.

Palavra da semana: Administrar / Administradores

Os administradores e os ministros talvez fiquem surpresos, mas as duas palavras vieram do latim *minus*, “menor”. Bem antigamente, o “ministro” era um simples criado. Aquele que executava as tarefas menores na casa de seu senhor. Foi por esse motivo que os padres e pregadores ganharam o nome de “ministros”: eles são humildes servos de Deus. “Administrar”, no sentido de “dirigir”, e não mais de “obedecer”, só ganhou esse significado no século XX. O administrador moderno aprende muitas teorias, mas a base de sua função está na História: para tomar grandes decisões, é preciso antes conhecer os pequenos detalhes.

(GEHRINGER, Max. – *Época* – maio/06)

01 - Avaliando o texto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A palavra *ministro* apresenta mais de uma conotação.
- B) O vocábulo *administrar* evoluiu de obedecer para dirigir.
- C) Um bom administrador deve preocupar-se com a generalização.
- D) *Ganharam* é uma palavra que, de acordo com sua formação, apresenta radical, vogal temática e desinência número-pessoal.
- E) As palavras *administrar* / *administrador* passam a ter nova significação a partir de 1900.

02 - Levando em conta a Morfologia e a Sintaxe do texto, é **correto** afirmar que

- A) a palavra *administradores* é um substantivo primitivo cujo radical é *ministr-*.
- B) o verbo *obedecer*, segundo a regência verbal, não admite preposição. Então, por exemplo, a frase “*Eu obedeco a professora.*” está correta.
- C) o 1º período do texto contém três orações.
- D) o conjunção *mas* é adversativa e aparece no período composto.
- E) o último período é simples, com orações coordenadas.

03 - Segundo a concordância verbal e/ou nominal,

- A) se as palavras *administradores* / *ministros* (1ª frase) forem colocadas no singular, o verbo também ficará no singular.
- B) a 2ª frase, no plural, leva a expressão “*um simples criado*” para o plural. O vocábulo *um* passa a ser *dois*.
- C) ao se pluralizar a oração “*O administrador moderno aprende muitas teorias...*”, o adjetivo *moderno* permanece invariável.
- D) na construção “*muitas teorias*”, a palavra sublinhada funciona como adjetivo e pode ser substituída por *bastantes*. Como advérbio, é invariável. Exemplo: bastante inquietos.
- E) na norma culta, é aceitável a construção: “*eles são humildes servo de Deus.*”

04 - Analisando o texto, pode-se dizer que, morfologicamente,

- A) o vocábulo só (5ª frase) é um advérbio. Apresenta diferente morfologia na frase: *Ele está só*.
- B) em o nome (4ª frase), o termo grifado é um pronome.
- C) o 1º verbo, no pretérito-mais-que-perfeito, flexionar-se-á: ficavam.
- D) a conjunção *mas* pode ser substituída por *porém* / *portanto*.
- E) *ministro* sempre será considerado verbo, mesmo em outros contextos. Exemplo: Eu ministro aulas.

Considerando a estrutura e a formação das palavras do texto, analise os itens abaixo para responder às questões 05 e 06.

- I – Administradores
- II – Antigamente
- III – Executava
- IV – Administrar

05 - Está **correta** a afirmação da alternativa

- A) O item I contém derivação parassintética.
- B) Todos os itens apresentam prefixo.
- C) Os itens I e II possuem derivação sufixal.
- D) O item III contém desinência nominal.
- E) Está ausente, no item I, a desinência de número.

06 - Qual alternativa apresenta a afirmação **correta**?

- A) Nem todos os itens contêm radical.
- B) O item III apresenta a desinência modo-temporal.
- C) Somente o item I contém sufixo adverbial.
- D) No 4º item, aparece a desinência de gerúndio.
- E) Os itens III e IV não apontam a vogal temática dos verbos.

07 - Analisando o texto, conclui-se que

- A) não há presença de substantivos próprios.
- B) se a expressão *século XX* for alterada para *século III*, ler-se-á o numeral: *terceiro*.
- C) em "*pequenos detalhes*", o segundo termo é um adjetivo.
- D) na última frase, segundo a Morfologia, o vocábulo *para* é uma interjeição.
- E) na 1ª frase, os sujeitos são simples e composto, respectivamente.

08 - Na última frase do texto, infere-se que

- A) não aparecem orações reduzidas.
- B) está ausente a coordenação.
- C) o período não é misto.
- D) na 2ª oração, o sujeito é indeterminado.
- E) o período é composto, contendo uma oração que exerce a função de sujeito.

09 - A oração "... *para tomar grandes decisões...*" indica

- A) consequência.
- B) comparação.
- C) finalidade.
- D) conclusão.
- E) explicação.

10 - Considerando a crase, assinale a alternativa que faz a análise **correta**.

- A) Na frase *"Estamos dispostos a colaborar."*, a ausência do acento grave indica erro gramatical.
- B) Está correta a frase *"Não direi nada à Vossa Senhoria."*
- C) O processo da crase não deve ocorrer na frase *"O navio partirá as dez horas."*
- D) O período *"A reunião foi à portas fechadas."* apresenta desvio quanto ao fenômeno da crase.
- E) O emprego dos acentos graves, nas frases *"Não entregue isso à ninguém / Não fui àquela farmácia."*, obedece à norma culta.

11 - Só numa série abaixo estão todas as palavras acentuadas **corretamente**. Assinale-a.

- A) Espécime – íterim – viúvo.
- B) Rápido – urubú – álbum.
- C) Pôde – revolver – reveem.
- D) Baínha – displicência – hífen.
- E) Dialogo – elegância – raíz.

12 - Assinale a única frase em que todas as palavras estão grafadas **corretamente**.

- A) É esta uma das nossas maiores reivindicações.
- B) Nós passíamos por toda aquela belíssima região.
- C) A pessoa obsecada nada enxerga.
- D) Súbito um rebuliço; apareceu um camundongo.
- E) O psicólogo estirpou a angústia da mente ençandecida.

Interprete este texto de Carlos Queiroz Telles para responder às questões de 13 a 25.

Ritual		
Este corpo Que agora me veste Ainda é casca E casulo De um outro bicho Que cresce.	Sou a ponte Que me liga. Sou o gesto Que me une. Sol e Lua, Noite e dia.	Este tempo Que me guarda Para um outro Amanhecer É lembrança E é promessa, Recordação e Esperança, Morte e vida Enoveladas Na meada Das mudanças.
Esta capa Que me acompanha Desde os tempos De criança Desce inútil Aos meus pés.	Sou, o fui E o serei.	<i>In: Sementes do Sol.</i>

13 - As estrofes 1 e 2 tratam

- A) somente das transformações psicológicas do "eu".
- B) do fim rápido e total de uma transformação.
- C) especificamente, da convivência entre o adulto e o velho.
- D) de elementos totalmente estáticos.
- E) das transformações físicas do "eu".

14 - O restante do poema tem relação com a palavra

- A) não-transição.
- B) aprisionamento.
- C) satisfação.
- D) identidade.
- E) marasmo.

15 - Segundo o texto, na 2ª estrofe,

- A) a capa é muito importante para o "eu".
- B) a "roupa" da qual o "eu" se despe representa o papel de criança.
- C) essa "roupa" ainda terá muita utilidade futuramente.
- D) a "roupa" é inútil porque só servirá na velhice.
- E) não está implícita a idéia de definição do "eu".

16 - Aos animais – por exemplo: borboleta, bicho-da-seda, aranha – sair do casulo significa:

- A) renovação.
- B) estagnação.
- C) morte.
- D) retrocesso.
- E) fuga.

17 - De acordo com o texto,

- A) as palavras *meada* / *enoveladas* não servem para caracterizar o processo vivido pelo "eu".
- B) *enoveladas* significa muita confusão.
- C) nos versos "*sou a ponte / que me liga*", o pronome *me* complementa o verbo ligar, como se a ponte ligasse duas faces do mesmo "eu".
- D) as duas faces são somente a do adolescente e a do adulto.
- E) ritual não condiz com a palavra transformação.

18 - No texto, o autor faz um jogo com as palavras. Assinale a alternativa cujo par **NÃO** representa sentidos opostos.

- A) Lembrança / promessa.
- B) Recordação / esperança.
- C) Morte / vida.
- D) Sol / Lua.
- E) Adulto / velhice.

19 - De acordo com a leitura,

- A) as oposições, presentes no poema, sugerem a convergência e marasmo dos sentimentos.
- B) "ritual de iniciação" (2ª estrofe) tem relação com a palavra "desnudamento".
- C) o poema "*Ritual*" introduz o "eu" na terceira idade.
- D) os verbos dos versos "*Sou, o fui / E o serei*" indicam uma sequência linear e cronológica, respectivamente.
- E) as palavras *lembrança* / *promessa* indicam que o poema "*Ritual*" descreve mudanças fáceis e nada conflitantes.

20 - A partícula o, presente na 6ª estrofe, é um

- A) substantivo.
- B) artigo definido.
- C) pronome demonstrativo.
- D) pronome possessivo.
- E) pronome pessoal.

21 - Analisando o texto, conclui-se que

- A) as palavras *casca* / *casulo* retomam o substantivo *corpo*.
- B) as palavras *inútil* / *enoveladas* são consideradas substantivo e adjetivo.
- C) o 1º verso das estrofes 3, 4 e 6 indica sujeito explícito, isto é, elíptico.
- D) o verbo *cresce* (1ª estrofe) é transitivo indireto.
- E) a palavra *amanhecer* (última estrofe) funciona como verbo, estando na forma nominal: infinitivo.

22 - No 2º verso da 1ª estrofe, a partícula que é um(a) _____ e pode ser substituída por _____.

- A) conjunção / no qual.
- B) pronome relativo / a qual.
- C) conjunção / do qual.
- D) pronome / os quais.
- E) pronome relativo / o qual.

23 - De um modo geral, a palavra *ritual* só **NÃO** tem relação com a palavra

- A) cerimonial.
- B) culto.
- C) informalidade.
- D) iniciação.
- E) solenidade.

24 - Considere a Sintaxe e a Morfologia. É **correto** afirmar que

- A) as palavras *lembrança* / *promessa* (última estrofe), sintaticamente, funcionam como predicativo do sujeito.
- B) as palavras *este* / *outro* (1ª estrofe) são pronomes possessivo e indefinido, respectivamente.
- C) a expressão "*desde os tempos de criança*" (2ª estrofe) é um adjunto adverbial de lugar.
- D) na última estrofe, "*este tempo*" é o objeto direto de toda a construção frasal.
- E) nos versos "*sou o gesto / que me une*", o verbo *une* não tem complemento, é intransitivo.

25 - De acordo com as normas gramaticais, assinale a alternativa **correta**.

- A) A palavra *inútil* (2ª estrofe) é acentuada por ser proparoxítona.
- B) Acentua-se a palavra *pés* apenas pela regra das oxítonas.
- C) Todo o texto está no tempo presente.
- D) Na construção "*agora me veste*" e "*que me liga*", a próclise está correta. Advérbio e pronome relativo atraem o pronome *me*.
- E) A palavra *inútil*, sintaticamente, não se refere ao sujeito.

26 - Leia a seguinte propaganda e assinale a alternativa que faz a análise **INCORRETA**.

Me olha. Me olha outra vez. (Seda Shampoo)

- A) O emprego do pronome *me* está de acordo com a linguagem popular, mas há erro quanto à colocação, segundo a língua culta.
- B) A flexão verbal está em 2ª pessoa: tu.
- C) O correto é somente a flexão do verbo com a pessoa *você*, já que a propaganda dirige-se a um interlocutor.
- D) Há dois períodos, nesse texto, mas ambos são simples com oração absoluta.
- E) Esse texto estará de acordo com a norma padrão se for escrito assim: "*Olhe-me. Olhe-me outra vez.*"

27 - Interprete os seguintes provérbios, considerando, entre eles, o sentido oposto e relacione a coluna I com a II.

Coluna I	Coluna II
(1) Bobeou, a gente pimba.	() Quem espera, sempre alcança.
(2) Escreveu não leu, o pau comeu.	() Mulher de amigo meu pra mim é homem.
(3) Dinheiro não é tudo, mas é 100%.	() É dando que se recebe.
(4) Não faça hoje o que pode deixar para amanhã.	() Beleza não põe mesa.
(5) Espelho meu, existe alguém mais belo que eu?	() Pedra que rola não cria limo.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, está na alternativa

- A) 1 – 2 – 4 – 5 – 3.
- B) 2 – 1 – 5 – 4 – 3.
- C) 5 – 4 – 3 – 2 – 1.
- D) 2 – 1 – 3 – 5 – 4.
- E) 3 – 5 – 1 – 2 – 4.

28 - Assinale a alternativa em que a frase está pontuada **corretamente**.

- A) Bem te dizia eu que não iriam, a bons resultados as tuas paixões.
- B) Eram frustradas, insatisfeitas; além disso, seus conhecimentos eram duvidosos.
- C) Eu, posto que creia, no bem, não sou daqueles que negam, o mal.
- D) A muito custo, atenderam: isto é, confessaram, que não podiam atender por causa do jogo, com a Argentina.
- E) Eu tinha, o juízo fraco, e em vão tentava emendar-me: provocava risos caretas.

29 - Leia a tira, com atenção, assinalando a alternativa **correta**.



(Quino. *Mafalda aprende a ler*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 4)

- A) Mafalda propõe que a imprensa seja livre para expressar idéias.
- B) No 4º quadrinho, Mafalda expressa seu desprazer por sopa.
- C) Mafalda mostra que o regime político de seu país é autoritário.
- D) Nesse contexto, aparece a indignação de Mafalda, representada apenas pelo recurso auditivo: o grito.
- E) A pontuação, presente nas falas, está correta, segundo a norma culta.

30 - Assinale a alternativa em que o item de cada par (na sequência) **NÃO** apresenta falha quanto à regência verbal.

- | | |
|--------------------------------|--|
| 1) I. Não lhe agradaram, José? | 3) I. Júlia é uma pessoa a quem gosto. |
| II. Não a agradaram, José? | II. Júlia é uma pessoa de quem gosto. |
| 2) I. Eu lhe adoro. | 4) I. Eu paguei ao feirante. |
| II. Eu o adoro. | II. Eu paguei o feirante. |

- A) I, II, I, II.
- B) II, II, I, I.
- C) II, II, II, II.
- D) I, II, II, I.
- E) I, I, II, II.

Noções de Direito

31 - De acordo com a Constituição Federal é **CORRETO** afirmar que:

- A) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa mesmo em virtude de lei.
- B) É livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- C) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- E) É livre a manifestação do pensamento, permitindo-se o anonimato.

32 - Em conformidade com a Constituição Federal é **CORRETO** afirmar que:

- A) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".
- B) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.
- C) A lei não excluirá da apreciação do Poder Legislativo lesão ou ameaça a direito.
- D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, pelo tempo de uso ocorrido.
- E) Não haverá juízo ou tribunal de exceção.

33 - De acordo com a Constituição Federal constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito e pena de reclusão:

- A) A prática da tortura.
- B) O terrorismo.
- C) A prática do racismo.
- D) Os definidos como crimes hediondos.
- E) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

34 - De acordo com a Constituição Federal a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, constitui

- A) crime inafiançável e imprescritível.
- B) crime imprescritível e insuscetível de anistia.
- C) crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de anistia.
- D) crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
- E) crime inafiançável e insuscetível de graça.

35 - Nos termos da Constituição Federal é **CORRETO** afirmar que para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público conceder-se-á:

- A) Mandado de Segurança.
- B) Habeas-data.
- C) Mandado de injunção.
- D) Habeas-corpus.
- E) Embargos infringentes.

36 - De acordo com a Constituição Federal é **CORRETO** afirmar que:

- A) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- B) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso no tempo fixado na sentença.
- C) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- D) As normas definidoras dos direitos e garantias sociais têm aplicação imediata.
- E) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

37 - De acordo com a Constituição Federal é **CORRETO** afirmar que serão equivalentes às emendas constitucionais:

- A) As leis delegadas.
- B) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem referendados pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos difusos e coletivos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em único turno, por dois terços dos votos dos respectivos membros.
- D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- E) Os tratados e convenções internacionais sobre direito ambiental que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.

38 - De acordo com o que preconiza a Constituição Federal no que concerne aos Direitos Sociais, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- B) Redutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- C) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos interruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- D) Gozo de férias anuais remuneradas pelo menos com um terço do salário normal.
- E) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada a remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

39 - Conforme estabelece a Constituição Federal quanto aos Direitos Sociais, em relação a categoria dos trabalhadores domésticos, é **CORRETO** afirmar que é assegurado aos mesmos:

- A) Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- B) Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- C) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- D) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- E) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

40 - De acordo com a Constituição Federal é assegurada a eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, nas empresas de:

- A) Mais de trezentos empregados.
- B) Mais de duzentos empregados.
- C) Mais de duzentos e cinquenta empregados.
- D) Mais de cem empregados.
- E) Mais de cento e cinquenta empregados.

41 - Conforme preconiza a Constituição Federal no que se refere a Administração Pública, assinale a opção **CORRETA**.

- I - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social;
 - II - A lei poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
 - III - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder o salário do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
 - IV - A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas
- A) As afirmações I e IV são verdadeiras.
B) As afirmações II e IV são verdadeiras.
C) As afirmações I e II são verdadeiras.
D) As afirmações I, III e IV são verdadeiras.
E) Todas as afirmações são verdadeiras.

42 - De acordo com a Constituição Federal assinale a opção que preenche, respectivamente, de forma **CORRETA** as lacunas abaixo:

A promoção por merecimento pressupõe _____ de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a _____ da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.

- A) Três anos; primeira terça parte.
B) Cinco anos; primeira quarta parte.
C) Cinco anos; primeira terça parte.
D) Dois anos; primeira quinta parte.
E) Dois anos; primeira terça parte.

43 - De acordo com a Constituição Federal é **CORRETO** afirmar que:

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

- A) O "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
B) A ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.
C) Julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.
D) Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
E) O crime político.

44 - De acordo com a Constituição Federal é **CORRETO** afirmar que compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente:

- A) Os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.
- B) As causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- C) As ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- D) A execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais.
- E) Os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

45 - Conforme estabelece a Constituição Federal é **CORRETO** afirmar que:

Compete aos Tribunais Regionais Federais, processar e julgar, originariamente:

- A) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- B) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- C) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- D) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.
- E) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

46 - Em relação aos princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O princípio da legalidade é princípio basilar do regime jurídico-administrativo e consagra a idéia de que a Administração Pública só pode ser exercida na conformidade da lei.
- B) O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado não está expressamente enunciado na Constituição Federal, porém, permite que a Administração Pública, nos termos da lei, constitua terceiros em obrigações mediante atos unilaterais.
- C) Em razão do princípio da indisponibilidade do interesse e dos bens públicos são vedados ao administrador quaisquer atos que impliquem em renúncia de direitos da Administração.
- D) A publicação dos atos administrativos é uma faculdade conferida ao administrador público, pois o direito à informação sobre os assuntos públicos deve ser exercido, pelo particular, por intermédio do Poder Judiciário.
- E) Pelo princípio da eficiência, espera-se do agente público o melhor desempenho possível de suas atribuições funcionais, de forma a obter os melhores resultados, possibilitando a satisfação adequada às necessidades da sociedade.

47 - O princípio que instrumentaliza a Administração para a revisão de seus próprios atos, denomina-se

- A) Razoabilidade.
- B) Autotutela.
- C) Impessoalidade.
- D) Proporcionalidade.
- E) Eficiência

48 - Quanto à organização administrativa, é **correto** afirmar que:

- A) As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público.
- B) As autarquias não gozam dos privilégios processuais outorgados à Fazenda Pública.
- C) Dentre as pessoas jurídicas que compõem a Administração Pública, somente as sociedades de economia mista podem explorar atividades econômicas.
- D) As sociedades de economia mista não estão sujeitas à Lei das sociedades por Ações.
- E) As autarquias gozam da imunidade tributária recíproca, que veda a instituição de impostos sobre o seu patrimônio, a renda e os serviços, desde que vinculados a suas finalidades essenciais ou às que dela decorram.

49 - São características das autarquias:

- A) Capacidade de auto-administração, personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.
- B) Personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e capacidade de auto-administração.
- C) Personalidade jurídica de direito privado, criação por lei específica e atribuições estatais específicas.
- D) Especialização dos fins, não sujeição a controle administrativo e patrimônio próprio.
- E) Desempenho de serviço público centralizado, sem capacidade de auto-controle e criação por lei específica.

50 - O requisito do ato administrativo que representa a situação de direito e de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo é:

- A) Motivo
- B) Competência
- C) Forma
- D) Objeto
- E) Finalidade

51 - Os atos editados em situações nas quais uma determinada pretensão do particular coincide com a manifestação de vontade da Administração, ainda que o interesse da Administração naquela situação seja apenas indireto, podem ser classificados como:

- A) Atos normativos
- B) Atos enunciativos
- C) Atos ordinários
- D) Atos negociais
- E) Atos punitivos

52 - Com relação à extinção dos atos administrativos, é **correto** afirmar que:

- A) A competência para revogar ato administrativo será do Poder Judiciário ou da própria Administração.
- B) A Administração Pública somente poderá revogar um ato administrativo mediante a provocação do particular interessado.
- C) A revogação tem por fundamento o poder discricionário e consiste na invalidação do ato, pela própria Administração Pública, por motivos de conveniência e oportunidade.
- D) A revogação do ato, decorrente da ofensa a lei ou princípios administrativos, opera efeitos retroativos.
- E) No momento da revogação, a Administração Pública não precisa respeitar o direito adquirido, amparado somente em face da Lei.

53 - A respeito da concessão de serviços, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) A licitação para a outorga de concessão será realizada, em regra, nas modalidades concorrência ou tomada de preços.
- B) A concessão de serviço público é a delegação da prestação de um serviço público a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- C) Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido em Lei e no respectivo contrato.
- D) A concessão poderá se extinguir por encampação, caducidade, rescisão e anulação.
- E) No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

54 - A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização, denomina-se:

- A) Caducidade
- B) Anulação
- C) Rescisão
- D) Encampação
- E) Reversão

55 - Em relação ao controle da administração pública, assinale a alternativa **correta**:

- A) O controle da administração é tarefa exclusiva do Poder Legislativo, por meio do Tribunal de Contas.
- B) As comissões parlamentares não podem realizar o controle dos atos do Poder Executivo.
- C) São espécies de controle o administrativo, o legislativo e o judicial.
- D) Cabe apenas à administração pública controlar seus atos, por meio da auditoria interna.
- E) Somente o Poder Judiciário tem competência legal para realizar o controle da administração pública.

56 - Os Tribunais de Contas:

- A) Integram o Poder Judiciário, pois possuem função jurisdicional formal.
- B) São órgãos auxiliares dos Legislativos e colaboradores dos Executivos.
- C) Integram o Poder Executivo, pois realizam atos de controle.
- D) Possuem competência para julgar as contas do Presidente da República e dos Governadores dos Estados.
- E) Não integram nem o Poder Legislativo, nem o Judiciário, nem o Executivo, posto que se trata de órgão do Ministério Público.

57 - No que diz respeito ao servidor público civil do Estado de Mato Grosso do Sul, é possível afirmar que

- A) Reversão é a reinvestidura do funcionário estável no cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todos os direitos e vantagens.
- B) Reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por tempo de serviço, desde que não tenha completado setenta anos de idade;
- C) Em nenhuma hipótese o servidor aposentado poderá retornar à atividade.
- D) Reintegração é a reinvestidura do funcionário estável no cargo anteriormente ocupado, sem ressarcimento dos direitos e vantagens.
- E) Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

58 - Tratando-se dos servidores públicos estaduais civis, e observando as disposições da Lei nº 1.102/90, assinale a alternativa **correta**:

- A) Servidor ou funcionário público é a pessoa legalmente investida em cargo público ou emprego público somente da administração pública direta.
- B) Na escolha para exercício de função de confiança, será observada a correlação de atribuições do cargo efetivo do funcionário e da função a ser exercida.
- C) Todos os cargos públicos são de provimento efetivo e estão organizados e providos em carreira.
- D) Posse é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.
- E) O prazo estabelecido para o início do exercício do cargo é improrrogável.

59 - De acordo com a Lei nº 1.102/90, o cônjuge varão poderá gozar de licença paternidade pelo prazo de:

- A) 120 (cento e vinte) dias, contados da data do nascimento do filho
- B) 10 (dez) dias, contados da data do nascimento do filho.
- C) 05 (cinco) dias, contados da data do nascimento do filho.
- D) 08 (oito) dias, contados da data do nascimento do filho.
- E) 03 (três) dias, contados da data do nascimento do filho.

60 - É proibido ao servidor público estadual, **exceto**:

- A) Promover manifestações de apreço ou desapreço dentro da repartição, ou tornar-se solidário com ela.
- B) Pleitear, como procurador ou intermediário, junto à repartições públicas, salvo quando se tratar de interesse de parente até o segundo grau civil.
- C) Ter domicílio eleitoral fora do Estado de Mato Grosso do Sul.
- D) Participar de diretoria, gerência, administração, conselho técnico ou administrativo, de empresas industriais, comerciais ou ainda, de sociedade civil prestadora de serviços.
- E) Prestar declarações em processo administrativo disciplinar quando regularmente intimado.

61 - Considerando a hipótese de dispensa de licitação por emergência, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) A dispensa deve ser necessariamente justificada e comunicada, dentro de três dias, à autoridade superior e publicada na imprensa oficial, como condição para eficácia do ato.
- B) A contratação deverá objetivar eliminação do risco de prejuízo, não podendo a execução do contrato ultrapassar cento e oitenta dias.
- C) Pode ser utilizada, desde que demonstrado que aquela situação de emergência não foi causada por desídia administrativa.
- D) A execução do contrato poderá ultrapassar cento e oitenta dias, bastando, para tanto, que o ato seja justificado.
- E) Pode-se dizer que a contratação por emergência assemelha-se a uma espécie de atividade acautelatória do interesse público.

62 - Em relação ao processo licitatório, assinale a alternativa **correta**:

- A) Nos casos em que couber o convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- B) É permitida a criação de outras modalidades de licitações ou a combinação das modalidades previstas pela Lei nº 8.666/93.
- C) Na modalidade Convite, o interessado não convidado poderá manifestar o interesse em participar do certame com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da apresentação das propostas.
- D) A Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados ou que atendam todas as exigências para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data designada para a abertura dos envelopes.
- E) Na contratação por dispensa de licitação, a justificativa do preço e da escolha do fornecedor é facultativa.

63 - Sobre a modalidade Concorrência, assina a alternativa **correta**.

- A) A fase de julgamento das propostas antecede a fase de habilitação.
- B) É a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor do seu objeto, tanto nas compras ou na alienação de imóveis.
- C) Única modalidade cabível para a alienação de bens imóveis adquiridos pela Administração Pública em dação em pagamento.
- D) O critério de julgamento adotado será exclusivamente do tipo menor preço.
- E) É um procedimento simplificado, utilizado para contratações de pequeno valor e por isso dispensa a publicação do instrumento convocatório.

64 - São peculiaridades do contrato administrativo, **exceto**:

- A) Manutenção do equilíbrio econômico e financeiro.
- B) Possibilidade de aplicação de sanções de natureza administrativa pela Administração Pública.
- C) Oponibilidade, pelo contratado, da exceção de contrato não cumprido.
- D) Possibilidade de sua alteração ou rescisão por ato unilateral da Administração Pública.
- E) Natureza *intuitu personae*.

65 - Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa **correta**:

- A) Cabe ao contratante a escolha da modalidade de garantia contratual.
- B) Desde que devidamente justificado, a Administração Pública poderá firmar contrato com prazo indeterminado.
- C) O instrumento de contrato é facultativo nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação.
- D) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- E) A contratante é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato

66 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não atinge a Administração Pública, sendo aplicável somente ao licitante.
- B) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade, em nenhuma hipótese, gera obrigação de indenizar
- C) A revogação do procedimento licitatório não gera o direito de contraditório e ampla defesa ao licitante.
- D) A revogação do procedimento licitatório decorre do descumprimento das disposições legais e não gera o direito à indenização.

- E) A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, porém não exonera a Administração do dever de indenizar o contrato pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa

67 - Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, sobre despesa pública, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
- B) Os incentivos à demissão voluntária não serão considerados para fins de cálculo do limite de despesas com pessoal.
- C) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
- D) A União poderá atingir o percentual de 60% (sessenta por cento) de sua receita corrente líquida com despesas de pessoal.
- E) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios

68 - Assinale a alternativa **incorreta**:

- A) É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão.
- B) É vedada a operação de crédito entre ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.
- C) Dívida pública consolidada ou fundada pode ser conceituada como compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- D) É vedado ao titular de Poder ou órgão nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- E) A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Responda as questões 69 e 70 de acordo com as disposições da Lei nº 1.519, de 08 de julho de 1994.

69 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) A transferência para cargo diverso da respectiva carreira dependerá de habilitação em concurso público, para este fim convocado, e atendidos todos os requisitos e exigências para o novo provimento.
- B) A remoção não dependerá da existência de vaga no órgão para o qual o servidor for removido.
- C) A remoção poderá ocorrer no período em que o servidor estiver em estágio probatório.
- D) A transferência é ato que depende exclusivamente da vontade da autoridade competente.
- E) Poderá ser efetuada a transferência de servidor não estável.

70 - Sobre a promoção vertical é **correto** afirmar que:

- A) Para concorrer à promoção vertical, a única exigência é de que o servidor esteja, mínimo, há 1.825 (mil e oitocentos e vinte e cinco) dias na classe.
- B) A promoção vertical, por se tratar de um direito do servidor, ocorrerá independentemente da existência de vaga disponível para provimento na classe.
- C) A promoção vertical ocorrerá, obrigatoriamente, a cada seis meses, nas mesmas datas fixadas para a promoção horizontal.
- D) O servidor promovido para outra categoria funcional ficará submetido a estágio probatório de 06 (seis) meses, para avaliação da aptidão para exercer as atividades inerentes à nova função, e permanecerá no cargo anterior até a aprovação no estágio.
- E) A promoção vertical dependerá da divulgação do quantitativo de vagas disponíveis para esta modalidade de provimento, 90 (noventa) dias antes da data prevista para a sua ocorrência.

Legislação Institucional

71 - De acordo com a Lei nº 8.625/93, as decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais e ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas, tem:

- A) Eficácia limitada e executoriedade vinculada às decisões do Juiz.
- B) Eficácia relativa e executoriedade plena no âmbito dos interesses difusos.
- C) Eficácia plena e executoriedade imediata.
- D) Eficácia relativa e executoriedade imediata.
- E) Eficácia relativa no âmbito dos interesses difusos e executoriedade plena.

72 - Conforme preconiza a Lei nº 8.625/93, o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público é:

- A) O Conselho Superior do Ministério Público.
- B) O Colégio de Procuradores do Ministério Público.
- C) A Procuradoria-Geral do Ministério Público.
- D) A Procuradoria-Geral de Justiça.
- E) A Corregedoria-Geral do Ministério Público.

73 - Em conformidade com a Lei nº 8.625/93, O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito:

- A) Pelo Conselho Superior de Procuradores, dentre os Procuradores de Justiça, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.
- B) Pelos Promotores de Justiça em votação secreta dentre os Procuradores de Justiça integrantes da lista tríplice, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.
- C) Pelo Conselho Superior de Procuradores, dentre os Corregedores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- D) Pelo Colégio de Procuradores, dentre os Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- E) Pelo Colégio de Procuradores, dentre os Corregedores de Justiça, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

74 - Em conformidade com a Lei nº 8.625/93, constitui prerrogativa dos membros do Ministério Público nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada exceção de ordem constitucional ser processado e julgado originariamente;

- A) Pelo Tribunal de Justiça de seu Estado.
- B) Pela Administração Superior do Ministério Público.
- C) Pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- D) Pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público.
- E) Pela Procuradoria-Geral do Ministério Público.

75 - Conforme preconiza a Lei nº 8.625/93, computar-se-á, para efeito de aposentadoria, disponibilidade e adicionais por tempo de serviço, o tempo de exercício da advocacia, até o máximo de:

- A) Dez anos.
- B) Quinze anos.
- C) Vinte anos.
- D) Cinco anos.
- E) Três anos.

76 - De acordo com a Lei Complementar nº 72/94, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida:

- A) Pelo Poder Executivo, mediante controle interno do Tribunal de Contas e pelo controle externo através de seus órgãos competentes.
- B) Pelo Tribunal de Contas, órgão vinculado ao Poder Executivo mediante controle externo e pelo sistema de controle interno através de seus órgãos competentes.
- C) Pelo Poder Legislativo, mediante controle interno e pelo sistema de controle externo, através de seus órgãos competentes.
- D) Pelo Poder Legislativo, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno, através de seus órgãos competentes.
- E) Pelo Poder Executivo, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno, através de seus órgãos competentes.

77 - Em conformidade com a Lei Complementar Estadual nº 72/94, a declaração de vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça, compete:

- A) A Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- B) Ao Conselho Superior do Ministério Público.
- C) Ao Colégio de Procuradores de Justiça.
- D) A Governadoria do Estado.
- E) Ao Secretário de Justiça do Estado.

78 - Assinale a alternativa **CORRETA**. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 72/94, incumbe ao Ministério Público:

- I - Propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federal, estaduais ou municipais, em face da Constituição Federal e do Estado;
- II - promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos Municípios;
- III - promover privativamente a ação penal pública e privada, na forma da lei;
- IV - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei:

- A) As afirmações II e IV são verdadeiras.
- B) As afirmações I e II são verdadeiras.
- C) As afirmações I, II e IV são verdadeiras.
- D) As afirmações II, III e IV são verdadeiras.
- E) As afirmações I, III e IV são verdadeiras.

79 - De acordo com a Lei Complementar nº 72/94, rever o arquivamento de inquérito civil, na forma regimental, cabe:

- A) Ao Procurador-Geral do Ministério Público.
- B) Ao Conselho Superior do Ministério Público.
- C) A Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- D) Ao Colégio de Procuradores do Ministério Público.
- E) Aos membros do Ministério Público.

80 - Em conformidade com a Lei Complementar nº 72/94, a garantia da vitaliciedade conferida aos membros do Ministério Público é assegurada:

- A) Com a posse no cargo.
- B) Após três anos de exercício.
- C) Após cinco anos de exercício.
- D) Após um ano de exercício.
- E) Após dois anos de exercício.